PROJETO DE LEI Nº , DE 2013

(Do Sr. DR. UBIALI)

Dispõe sobre a utilização de parte dos depósitos da conta vinculada do trabalhador no FGTS para a constituição do Fundo Complementar de Aposentadoria do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FCA-FGTS.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passa a vigorar acrescida do seguinte artigo 20-A:

“Art.20-A. É criado o Fundo Complementar de Aposentadoria, no âmbito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FCA-FGTS, destinado a complementar a aposentadoria do trabalhador.

§ 1º O FCA-FGTS é constituído pelo valor correspondente a, no mínimo, dez por cento dos depósitos movimentados na situação prevista no inciso I do art. 20 desta Lei.

§ 2º Os recursos do FCA-FGTS permanecerão na conta vinculada do trabalhador em rubrica específica, segregada do FGTS, e serão:

I – movimentados exclusivamente na situação prevista no inciso III do art. 20 desta Lei;

II – destinados a aplicações que garantam rentabilidade nunca inferior à assegurada às contas vinculadas do FGTS, conforme as diretrizes, critérios e condições que dispuser o Conselho Curador do FGTS.

§ 3º A aplicação dos recursos do FCA-FGTS será regulada por instrução da Comissão de Valores mobiliários – CVM.

§ 4º A administração e a gestão do FCA-FGTS serão da Caixa Econômica Federal, na qualidade de Agente Operador do FGTS, cabendo ao Conselho Curador do FGTS, a aprovação dos investimentos e a constituição de órgão específico para a aprovação dos investimentos.”

Art. 2º Os artigos 5º, 7º e 20 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, passam a vigorar com as seguintes redações:

“Art. 5º.....

.....
 XIV – quanto ao Fundo Complementar de Aposentadoria do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FCA-FGTS:

- a) aprovar a política de investimento;
- b) deliberar sobre o reinvestimento ou distribuição dos resultados positivos aos cotistas, em cada exercício;
- c) estabelecer a forma de deliberação, de funcionamento e a composição do órgão de que trata o § 3º do art. 20-A;
- d) determinar o valor da remuneração da Caixa Econômica Federal pela sua administração e gestão, inclusive a taxa de risco;
- e) dispor sobre a exposição máxima de risco dos investimentos do FCA-FGTS;
- f) aprovar o regulamento do FCA-FGTS, elaborado pela Caixa Econômica Federal.” (NR)

.....
 “Art. 7º.....

.....
 IX – garantir aos recursos alocados ao FI-FGTS e ao FCA-FGTS, em cotas de titularidade do FGTS, a remuneração aplicável às contas vinculadas, na forma do caput do art. 13 desta Lei.(NR)

.....
 “Art. 20.....

.....
 XVIII – aplicação de dez por cento do saldo existente e disponível no FCA-FGTS.”

.....

§ 22. *Na hipótese do inciso I deste artigo, o trabalhador movimentará até noventa por cento dos depósitos realizados na sua conta vinculada e o remanescente será destinado ao FCA-FGTS. (NR)*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Originalmente o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, criado em 1966, tinha como uma das suas finalidades mais importantes, depois de constituir um pecúlio para o trabalhador em caso de dispensa sem justa causa, a complementação da sua aposentadoria.

No entanto, hoje, ao se aposentar, o trabalhador quase nada possui em sua conta vinculada no FGTS, na medida em que ela já foi movimentada inúmeras vezes devido à grande rotatividade de mão de obra, ainda verificada no mercado de trabalho brasileiro, apesar da reduzida taxa de desocupação que não tem ultrapassado a 6% da população economicamente ativa, nas Regiões Metropolitanas. Nota Técnica elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, denominada de *A rotatividade dos jovens no mercado de trabalho formal brasileiro*, dá conta de que os jovens brasileiros trocam muito de emprego. Em um ano, sete em cada dez trabalhadores, entre quinze e vinte e quatro anos de idade se desligam do trabalho.

Esse é um dos motivos pelos quais, segundo dados da Caixa Econômica Federal, Agente Operador do FGTS, em 2012, 66,33% das contas vinculadas dos trabalhadores no FGTS tinham saldo de até um salário mínimo, ou seja, somente R\$ 678,00.

Dessa forma, ao se aposentar, o trabalhador terá muito pouco em sua conta vinculada no FGTS para complementar a aposentadoria concedida pela Previdência Social, que atualmente tem como teto R\$ 4.159,00.

Nesse sentido, seguindo o exemplo de outros países, a exemplo da Itália, sugerimos que o FGTS tenha, de fato, a finalidade de complementar a aposentadoria do trabalhador.

Para tanto, sugerimos que seja criado, no âmbito do FGTS, um fundo composto do equivalente a, no mínimo, 10% dos recursos depositados na conta vinculada do trabalhador quando ela for movimentada por motivo de dispensa sem justa causa do trabalhador.

Esse Fundo, que denominamos de Fundo Complementar de Aposentadoria do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço– FCA-FGTS, será semelhante ao outro fundo, também instituído no âmbito do FGTS, o FI-FGTS.

O FCA-FGTS também será administrado pela Caixa Econômica Federal, conforme as regras estabelecidas pelo Conselho Curador do FGTS, o qual constituirá órgão específico para estabelecer a forma como os recursos serão investidos.

Assim, ao ser dispensado sem justa causa, o trabalhador apenas poderá movimentar até 90% de seus depósitos na conta vinculada do trabalhador no FGTS. O remanescente será destinado ao FCA-FGTS e somente será movimentado na ocorrência de aposentadoria, concedida pela Previdência Social, seja a que título for: por idade, por tempo de contribuição ou por invalidez.

Outrossim, o trabalhador que nunca vier a movimentar sua conta vinculada poderá optar por aderir ao FCA-FGTS cujos recursos poderão ser revertidos para tal fim, visto que os depósitos ali feitos poderão ter rendimentos superiores ao assegurados às atuais contas vinculadas. Para essa finalidade, incluímos mais uma situação de movimentação da conta vinculada no FGTS às elencadas no art. 20 da Lei nº 8.036, de 1990.

Entendemos que, com a nossa proposta, de fato, o trabalhador constituirá, ao longo de sua vida laboral, um pecúlio para ser utilizado como complemento de sua aposentadoria.

Estamos certos de que esse Fundo muito contribuirá para a melhoria da qualidade de vida dos trabalhadores no momento de sua aposentadoria, época em que seus rendimentos são reduzidos e as despesas, muitas vezes, aumentadas devido aos cuidados, principalmente, com a saúde.

Essas são as razões pelas quais pedimos o apoio dos Ilustres Pares para a aprovação do presente projeto de lei.

Sala das Sessões, em de de 2013.

Deputado DR. UBIALI